



ARTIGO/DOSSIÊ

GRAMÁTICA NA SALA DE AULA: PERCEPÇÃO DOCENTE E PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

EDVALDO BISPO
FERNANDO CORDEIRO
DAVID SANTOS

Edvaldo Bispo

Doutor em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009). Pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (2022), com apoio da FAPERJ.

Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) da UFRN.

Líder do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Membro do GT Descrição do Português da ANPOLL.

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8914149462152107>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5607-3407>.

E-mail: edbbispo@gmail.com.

Fernando Cordeiro

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2021).

Professor de Linguística/Língua Portuguesa, da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) – campus Caraúbas.

Líder do Grupo de Estudos Língua em Uso da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e pesquisador do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0441699350118300>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6940-1994>.

E-mail: fernando.cordeiro@ufersa.edu.br.

David Santos

Graduando em Letras (Língua Portuguesa/Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Membro do Grupo de Estudos Discurso e Gramática (D&G) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9539002691167260>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-5767-258X>.

E-mail: ddwilliam0910@gmail.com.

Resumo: Contemplamos, neste artigo, a percepção de professores de língua portuguesa quanto à abordagem de tópicos gramaticais no livro didático (LD) e em sua prática pedagógica. Objetivamos analisar essa percepção e discutir perspectivas para a prática docente assentada em premissas funcionalistas associadas às orientações curriculares oficiais. Fundamentamo-nos na vertente norte-americana da Linguística Funcional (LF) (GIVÓN, 1995; FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013) e em sua interface com as diretrizes oficiais para o ensino de língua portuguesa no Brasil (BISPO; CORDEIRO; LUCENA, 2022). Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa e descritivo-interpretativista. Os resultados mostram, por um lado, que a maioria dos professores avalia positivamente o modo como o LD explora o conteúdo gramatical, mas vê como tradicional sua prática profissional; por outro lado, esses professores entendem a necessidade de mudanças tanto em sua atuação docente quanto no LD. Em termos da proposta funcionalista, demonstramos que o ensino de qualquer categoria gramatical deve tomar por referência o texto, considerá-lo como peça de interação e, nesse sentido,

explorar todos os fatores que contingenciam sua produção e recepção. Além disso, devem ser examinadas, primeiramente, as propriedades funcionais da categoria focalizada e, em seguida, suas formas de manifestação linguística. Tais propriedades devem ser relacionadas ao conteúdo do texto, à construção de sentidos e ao(s) propósito(s) comunicativo(s) envolvido(s). A ideia é, portanto, estudar o fenômeno linguístico em seu funcionamento em texto(s) autêntico(s).

Palavras-chave: Ensino de gramática. Percepção docente. Educação básica. Linguística funcional. Orientações curriculares.

Abstract: In this paper, we focus on the perception of Portuguese language teachers regarding the approach to grammar topics in the textbook (LD) and in their teaching practice. We aim to analyze this perception and to discuss perspectives for teaching practice based on functionalist premises associated with official curriculum guidelines. Our theoretical support is the North-American Functional Linguistics (GIVÓN, 1995; FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013) and its interface with the official guidelines for teaching Portuguese in Brazil (BISPO; CORDEIRO; LUCENA, 2022). We carried out a qualitative-quantitative and descriptive-interpretative study. The results show, on the one hand, that the majority of teachers evaluate positively the way in which the textbook explores grammatical content, but see their professional practice as traditional; on the other hand, they understand the need for changes both in their teaching and in the textbook. In terms of the functionalist proposal, we have shown that the teaching of any grammatical category must take the text as a reference, consider it as a piece of interaction and, in this sense, explore all the factors that influence its production and reception. In addition, the functional properties of the category in question must first be examined, followed by its forms of linguistic manifestation. These properties should be related to the content of the text, the construction of meaning and the communicative purpose(s) involved.

The idea is therefore to study the linguistic phenomenon as it functions in authentic text(s).

Keywords: Grammar teaching. Teacher perception. Basic Education. Functional linguistics. Curriculum guidelines.

INTRODUÇÃO

Na esteira das reflexões sobre ensino de língua portuguesa na Educação Básica, o espaço da gramática na sala de aula sempre rende muitos debates. Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), cuja concepção interacionista de língua implica a consequente centralidade do texto como objeto de ensino, questiona-se se ainda é necessário ensinar gramática, o que suscita, certamente, posicionamentos diferentes acerca da questão. Essa também é uma discussão que mobiliza múltiplos olhares, que vão desde o foco nas concepções que subjazem ao ensino de gramática nas salas de aula até as diversas proposições metodológicas ancoradas em variadas vertentes de estudos linguísticos.

Partimos do pressuposto de que a gramática, como “o sistema de regras que sustenta qualquer sistema linguístico” (BRASIL, 2002, p. 60), deve ter espaço e relevância na aula de língua portuguesa, desde que não se reduza o ensino de língua ao ensino de gramática. Isso porque não se pode prescindir da reflexão sobre o funcionamento da própria língua, sobre os processos que atuam na codificação linguística, sobre os diferentes recursos léxico-gramaticais disponíveis na língua, suas possibilidades de sentido e mesmo sobre a descrição e a sistematização desse saber, como sugerem as próprias orientações curriculares nacionais (BRASIL, 1998).

Reconhecemos, contudo, que o atual cenário do trabalho com tópicos gramaticais ainda se distancia bastante do ideal. É comum a

reflexão proveitosa sobre a língua e sobre o seu uso pela comunidade de falantes dar lugar a uma prática pouco produtiva, considerada por Antunes (2003) reducionista e descontextualizada. Segundo a linguista, essa prática é caracterizada pela prescrição de regras, identificação e classificação de termos, pelo excesso de definições, pela exploração de exemplos isolados, sem qualquer relação com outras competências como a leitura e a escrita. Desse modo, evidencia-se a urgente reconfiguração do trabalho com gramática na sala de aula.

Situamo-nos neste debate na tentativa de pensar como uma vertente de estudos linguísticos, a saber, a Linguística funcional norte-americana, pode contribuir com essa árdua tarefa. Porém, longe de um olhar simplista e superficial para a questão, não o fazemos sem buscar compreender antes quais fatores contingenciam o (in) sucesso do trabalho com a gramática em sala de aula. Por este motivo, privilegiamos neste artigo a perspectiva do próprio docente sobre a sua prática pedagógica, no esforço de, por um lado, incentivar a reflexão sobre a própria prática e, por outro, compreender como se dá este trabalho e o que pode (ou não) ser repensado a partir de outros olhares teórico-metodológicos. Subjazem a esta reflexão algumas questões norteadoras: como os conteúdos gramaticais são abordados em sala de aula da Educação Básica? O que dizem os docentes de língua portuguesa sobre o trabalho que desenvolvem com esses objetos de ensino? Em quais aspectos essa prática dialoga com ou se distancia de um viés funcionalista de análise linguística? E ainda: como essa perspectiva pode favorecer uma abordagem produtiva dos tópicos gramaticais em sala, em consonância com as atuais demandas curriculares?

Nesse sentido, dois macro-objetivos são perseguidos: analisar a percepção da prática docente quanto ao tratamento de tópicos

gramaticais e discutir perspectivas para a prática pedagógica assentada em premissas funcionalistas conjugadas às orientações curriculares oficiais. Pretendemos especificamente: i) perscrutar o tratamento dado a tópicos gramaticais por docentes do Ensino Fundamental (EF) da rede pública potiguar; ii) aferir o julgamento que os docentes fazem de sua prática pedagógica quanto a esse tratamento; iii) verificar em que medida essa abordagem se aproxima das orientações curriculares nacionais e dos pressupostos funcionalistas de estudo da língua(gem); e iv) explicitar possibilidades de trabalho com tópicos gramaticais na aula de Língua Portuguesa assentadas em uma visão funcionalista dos fenômenos linguísticos correlacionada às orientações curriculares nacionais.

Cumprе salientar que o presente artigo explicita resultados parciais do projeto “Ensino de gramática na educação pública potiguar: diretrizes, prática docente e perspectivas”, com apoio do CNPq (Processo nº 305720/2022-8). O projeto tem dois objetivos principais: i) diagnosticar como se dá o tratamento de conteúdos gramaticais em aulas de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM); ii) apresentar proposta de abordagem de análise linguística nesses níveis de ensino com base em premissas funcionalistas conjugadas às orientações curriculares nacionais. Dentre as ações envolvidas estão: (a) análise de material de referência curricular; (b) análise de materiais didáticos; (c) aplicação de questionários a docentes da Educação Básica e consequente análise das respostas; e (d) elaboração de propostas metodológicas de tratamento de tópicos gramaticais. Neste artigo, voltamo-nos à discussão de aspectos atinentes às ações (c) e (d).

O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, além desta introdução, na qual foi feita uma breve contextualização da pesquisa e

foram apresentados seus objetivos. Na seção seguinte, explicitamos o nosso lastro teórico. A terceira seção detalha os aspectos metodológicos do trabalho. Na sequência, procedemos à apresentação e à discussão dos resultados em duas seções, dedicadas, respectivamente, à análise das respostas dos docentes ao questionário (quarta) e à caracterização de uma proposta de ensino de gramática sob o viés funcionalista, com encaminhamentos metodológicos ao professor de língua portuguesa. Sumarizamos nossos achados nas considerações finais.

APORTE TEÓRICO

Sustentamos nossas discussões no Funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Para essa perspectiva teórica, existe uma relação estreita entre a estrutura gramatical das línguas e os usos que delas é feito em diferentes contextos interacionais (GIVÓN, 1984; 1995; FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013). Assume-se o postulado básico de que os recursos fonético-fonológicos e morfossintáticos são mobilizados para atender a demandas comunicativas (semânticas e pragmáticas) e cognitivas (a conceitualização, o modo como se dá essa conceitualização, a extensão de significado etc.). A relação forma-função é, portanto, o fio condutor que norteia os trabalhos desenvolvidos sob essa perspectiva teórica.

Conforme essa visão funcionalista, a linguagem constitui um amplo e multifacetado conjunto de atividades cognitivas e sociocomunicativas, associadas a outras atividades humanas (TOMASELLO, 1998; BISPO; LOPES, 2022). Nessa direção, a língua é tomada como uma estrutura fluida, maleável, um sistema adaptativo complexo (DU BOIS, 1985; BYBEE, 2010), sensível a pressões cognitivas e interacionais. A gramática de uma língua natural, por sua vez, compreende um conjunto de

padrões regulares, decorrentes de rotinas linguísticas consensuadas, ao lado de formas alternativas em processo de regularização, motivada por fatores cognitivos, culturais e interacionais (MARTELOTTA, 2011). Assim sendo, uma investigação sob esse viés teórico tem, necessariamente, de considerar usos linguísticos efetivos em seu lócus de realização, de forma a explicitar os fatores internos e, sobretudo, externos à língua que contingenciam tais usos.

Ainda que não tenha sido desenvolvida com foco no ensino de línguas, a LF guarda compatibilidade, em termos de premissas, procedimentos metodológicos e conceitos operacionais, com as orientações curriculares oficiais. Além disso, tem forte potencial para contribuir para um ensino produtivo de língua. No contexto brasileiro, por exemplo, alguns pesquisadores, notadamente ligados ao grupo Discurso & Gramática (D&G), têm investido nessa seara. Trabalhos como os de Oliveira e Cezario (2007), Oliveira e Wilson (2015), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2014) têm destacado aproximações entre a perspectiva funcionalista e os documentos oficiais que norteiam o ensino de língua portuguesa no país. Pontuamos as seguintes: i) a concepção de língua como uma atividade social, estreitamente ligada ao ato comunicativo e por ele contingenciada; ii) o estudo da materialidade linguística calcado no uso, considerando todos os elementos constituintes da situação comunicativa na organização dos textos; iii) o respeito à pluralidade linguística que caracteriza nossas comunidades de fala; iv) a relação estabelecida entre categorias analíticas do Funcionalismo, como iconicidade e marcação, e objetos de ensino de língua portuguesa.

Conforme Bispo, Cordeiro e Lucena (2022), as incursões na interface Funcionalismo linguístico norte-americano e ensino de

língua podem ser reunidas em três fases. A primeira delas compreende as pesquisas que se voltam à identificação de aproximações, em termos de postulados, objetivos e procedimentos de investigação, de que são exemplo Oliveira e Cezario (2007) e Oliveira e Wilson (2015). A segunda corresponde à indicação de desdobramentos teórico-metodológicos para a sala de aula, mas sem intervenção direta, ilustrada por Bispo (2007, 2009), Silva (2008), Furtado da Cunha e Bispo (2012). A terceira fase envolve a elaboração e a aplicação de proposta intervencionista, conforme exemplificam Amurim (2018), Bispo e Amurim (2019) e Silva (2020).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) destaca que os conteúdos gramaticais devem ser estudados em sua relação com as práticas de leitura, escuta e produção de textos. Nessa direção, esses conteúdos são redimensionados em termos de relevância, propondo-se um trabalho calcado em práticas de análise linguística/semiótica nas quais se promova uma reflexão sobre os efeitos semântico-pragmáticos e textual-discursivos dos mecanismos linguísticos recrutados para a construção de textos autênticos. Reiteramos aqui a coincidência com a perspectiva funcionalista de análise de fatos da língua.

O tratamento de fenômenos gramaticais em sala de aula de Língua Portuguesa num viés funcionalista implica tomar o texto como ponto de partida e de chegada. Entendemos que, por meio de textos autênticos, produzidos nas mais diversas práticas sociais situadas, mobilizamos os distintos recursos linguísticos para a produção de sentidos e para o alcance de objetivos comunicativos. É sob esse prisma teórico que: i) analisamos, na quarta seção, respostas de docentes a um questionário sobre o ensino de tópicos gramaticais no ensino

fundamental; e ii) apresentamos, na quinta seção, encaminhamentos atinentes a possíveis ajustes nas práticas descritas nos questionários, de modo a guardar consonância com a abordagem funcionalista em relação às orientações curriculares oficiais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de acordo com o que define Gil (2008). Pesquisas exploratórias são aquelas desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral de determinado fato/fenômeno, neste caso, a percepção de docentes de Língua Portuguesa acerca do ensino de gramática que promovem em sala de aula. Também a consideramos descritiva porque a exploração dos fatos presume “descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Assim, ao procedermos à interpretação dos dados gerados, estamos descrevendo o cenário do ensino de gramática no grupo pesquisado. Baseamo-nos em um raciocínio indutivo, uma vez que buscamos construir generalizações a partir das particularidades observadas na realidade de cada indivíduo.

Quanto à abordagem do fenômeno, a pesquisa tem natureza qualitativa. A dimensão qualitativa deve-se ao caráter explicativo/interpretativista das respostas dos docentes e da caracterização de suas percepções. O viés quantitativo revela-se na mensuração das alternativas indicadas pelos sujeitos da pesquisa para as questões fechadas atinentes a aspectos de sua prática pedagógica.

Levando em consideração os procedimentos metodológicos, estamos diante de um levantamento de campo. Segundo Gil (2008),

esse é o tipo de pesquisa que se dá pela interrogação direta das pessoas que se deseja conhecer, procedendo-se à solicitação de informações a um grupo acerca do fenômeno em estudo para, em seguida, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. Segundo o autor, os levantamentos possibilitam ao pesquisador conhecimento direto da realidade, economia, rapidez e a visualização dos dados em termos quantitativos. É importante salientar que o levantamento é apenas uma das estratégias metodológicas de nossa investigação, uma vez que esta conta com o suporte de pesquisas documental e bibliográfica, tendo em vista a correlação das diferentes variáveis implicadas no fenômeno que analisamos.

A geração de dados deu-se por meio de um questionário elaborado com a finalidade de obter informações sobre aspectos do trabalho com tópicos gramaticais em sala de aula por professores da Educação Básica. A opção por essa estratégia de obtenção de dados ocorreu devido à possibilidade de alcançar um número maior de pessoas, à facilidade de acesso por parte dos sujeitos investigados e a maior objetividade desse tipo de ferramenta (menor influência de interferência externa). O questionário foi disponibilizado através de um formulário eletrônico, na plataforma *Google Forms*. A participação na pesquisa era voluntária, e o docente consentia sua participação por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo acesso e preenchimento eram requisitos para acesso ao questionário. Os dados pessoais (de identificação) são mantidos em sigilo¹.

O questionário completo envolve itens que vão desde a caracterização do público pesquisado à sua prática profissional. No que diz respeito à caracterização dos sujeitos participantes, foram

1 O projeto do qual derivam os resultados aqui analisados foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRN: Parecer nº 4.705.233, de 11/05/2021.

considerados os seguintes aspectos: formação acadêmica, tempo e níveis de atuação (EF e/ou EM). Relativamente à prática docente, foram indagados aspectos atinentes: (i) ao modo como os professores abordam conteúdos gramaticais em sala de aula; (ii) como avaliam o material didático utilizado (livro didático); (iii) quais as estratégias metodológicas mais comuns; (iv) à utilização de material complementar ao livro didático (LD); (v) à necessidade de mudança na abordagem do LD e do próprio docente ao conteúdo gramatical, entre outros. O formato das questões também é variado: há questões fechadas, questões totalmente abertas e questões semiabertas. A maioria das questões fechadas (com alternativas predefinidas) são acompanhadas por questões abertas, nas quais o docente pode explicar sua escolha e/ou seu ponto de vista acerca do que está em foco. Neste artigo, interessam-nos as respostas aos seguintes itens do questionário:

- a) Como os conteúdos listados no item anterior [conteúdos gramaticais que os docentes indicaram privilegiar] geralmente são abordados/trabalhados em sala de aula?
- b) Considerando os documentos oficiais de orientação curricular nacionais (PCN, Diretrizes Curriculares Nacionais e BNCC), como você avalia a abordagem do LD que utiliza?
- c) Para o estudo/ensino de tópicos gramaticais, você recorre a outra fonte, além do LD utilizado?
- d) Você considera necessária alguma mudança quanto ao tratamento dado pelo LD a tópicos gramaticais? Em caso positivo, especificar.
- e) Como você avalia sua prática pedagógica relativa à abordagem de conteúdos gramaticais?

f) A que você atribui o modo como você aborda conteúdos gramaticais em sala de aula?

g) Você considera necessária alguma mudança em sua forma de abordar conteúdos gramaticais em sala de aula? Em caso positivo, especificar.

A aplicação do questionário teve início no ano de 2021 e continua aberta, tendo em vista a adesão contínua de professores da rede estadual e das redes municipais do estado do Rio Grande do Norte (RN). Até o momento, 135 docentes contribuíram para a pesquisa. Aqui, debruçamo-nos sobre as respostas de 65 desses docentes. A amostragem considerou a divisão do estado do RN em regiões imediatas, de acordo com os critérios mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2017). Temos três regiões imediatas, nomeadas de acordo com as cidades de maior influência regional: Natal, Mossoró e Caicó. Dos 65 docentes cujas respostas aqui analisamos, 45 atuam em municípios da região imediata de Natal, maior e mais populosa do estado; e 20 atuam em municípios circunscritos à região imediata de Mossoró, segunda maior do RN. Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados para análise tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Para fins de caracterização dos sujeitos da pesquisa, apresentamos dados relativos à formação, ao tempo de experiência e à esfera administrativa em que exercem a docência. Essas informações contribuem para uma visão ampla do grupo de docentes cujas respostas aqui analisamos, e para uma melhor interpretação dos dados.

Considerando que todos os docentes têm, no mínimo, graduação para atuar na Educação Básica, procuramos saber se houve

continuidade da formação em nível de pós-graduação. A Tabela 1 mostra o total de docentes que possuem especialização, mestrado ou doutorado. Pelos dados, vemos que o grupo é bastante qualificado, já que 66% têm o título de especialista no mínimo; 50% têm mestrado e quase 8% são doutores.

Tabela 1 – Nível de formação dos docentes participantes da pesquisa

Nível de formação	Total	(%)
Especialização	43	66,15
Mestrado	32	49,23
Doutorado	5	7,69

Fonte: elaboração própria (2023).

No que concerne ao tempo de atuação, temos um grupo de docentes relativamente experientes, uma vez que a maioria, aproximadamente 60%, indicou ter entre 0 e 15 anos de experiência na Educação Básica, tendo o maior número entre 11 e 15 anos. Os outros 40% são docentes com mais de 15 anos de sala de aula, o que também é um número bem expressivo. Esse número indica, de algum modo, um quadro de renovação das redes, mediante sucessivos concursos públicos nos últimos anos. A Tabela 2 apresenta os dados referentes ao tempo de atuação.

Tabela 2 – Tempo de serviço/atuação dos docentes participantes da pesquisa

Tempo de serviço/atuação	Total	(%)
0 a 5 anos	12	18,46
6 a 10 anos	14	21,54
11 a 15 anos	13	20,00
16 a 20 anos	9	13,85

21 a 25 anos	8	12,31
26 a 30 anos	5	7,69
31 a 35 anos	4	6,15
TOTAL	65	100,00

Fonte: elaboração própria (2023).

Já quanto às redes de atuação, verificamos maior participação de docentes das redes municipais, o correspondente a quase 80%, somando os que atuam somente na rede municipal (praticamente 50%) com os que atuam, simultaneamente, na rede municipal e na rede estadual (29%). Docentes que atuam somente na rede estadual foi minoria, totalizando apenas 14%. Os dados estão expostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Redes de atuação dos docentes participantes da pesquisa

Nível de formação	Total	(%)
Rede Municipal	32	49,23
Rede Estadual	14	21,54
Rede Municipal e Estadual	19	29,23
TOTAL	65	100,00

Fonte: elaboração própria (2023).

Cientes desses dados, passamos à análise da percepção do ensino de gramática pelos docentes. As seções de análise que seguem abordam, respectivamente, a reflexão dos docentes sobre o trabalho com tópicos gramaticais e as perspectivas para um ensino de gramática pautado em premissas funcionalistas.

O ENSINO DE GRAMÁTICA NA PERCEÇÃO DOS DOCENTES

Nesta seção, dedicamo-nos à análise das respostas dos docentes participantes da pesquisa ao questionário aplicado, particularmente no que diz respeito aos seguintes aspectos: i) o modo como os docentes avaliam a própria prática pedagógica em relação ao trabalho com tópicos gramaticais; ii) a forma como avaliam o tratamento dado a esses tópicos gramaticais pelo livro didático de Língua Portuguesa por eles adotado (LD a partir daqui); e iii) a necessidade de mudanças quanto à abordagem de conteúdos gramaticais na sala de aula.

A primeira questão² focalizava o modo pelo qual os docentes abordam os tópicos gramaticais em sala de aula. Questionava-se como os conteúdos de natureza gramatical geralmente são abordados/trabalhados em sala de aula e as alternativas apresentavam algumas possibilidades para que o docente escolhesse a que melhor representa a sua prática. Cerca de 40% dos docentes indicaram que o trabalho com tópicos gramaticais parte da leitura de um texto-base, seguida da exposição dos conteúdos com uso da metalinguagem (notadamente a proposta pela Gramática Tradicional), com exercícios de fixação ao final. A segunda alternativa mais indicada pelos docentes, com 25% de adesão, foi a que propunha o trabalho por meio de exposição do conteúdo com uso da metalinguagem, seguida de exercícios de fixação. A alternativa que sugeria resolução de exercícios, exposição do conteúdo com uso da metalinguagem e uma nova rodada de exercícios para fixação do conteúdo foi a opção de 9% dos participantes. Apenas 3% indicaram optar por outra metodologia.

Essas respostas revelam que a abordagem tradicional é ainda muito presente, mesmo que as orientações curriculares

2 As questões a que nos referimos foram explicitadas na seção de aspectos metodológicos.

e as contribuições dos estudos linguísticos para o ensino de LP proponham outro direcionamento. É relevante pontuar o uso da metalinguagem proposta pela Gramática Tradicional como ponto de partida para o trabalho com gramática e o uso do texto como pretexto. Ao que parece, trata-se de uma tentativa de sinalizar que há uma abordagem contextualizada da gramática. Contudo, não se verifica o estabelecimento da relação entre os fatos linguísticos estudados e o conteúdo dos textos tomados como base. Em outras palavras, não se considera o real funcionamento do tópico gramatical em textos autênticos.

Um grupo correspondente a 23% dos docentes optou pela alternativa mais próxima do que acreditamos ser um ensino mais produtivo de gramática, que privilegia a reflexão sobre o uso linguístico, em detrimento dos modos engessados e pouco intuitivos de trabalho com gramática. A alternativa sugeria a análise de ocorrências dos fenômenos sob estudo e a posterior explicação e sistematização do conteúdo. Consideramos positivo o fato de quase um quarto dos docentes participantes da pesquisa indicarem esse modo de trabalhar gramática, conquanto a grande maioria ainda opte por abordagens mais tradicionais (cerca de 74%).

Passemos agora à percepção dos docentes sobre o material didático ou ao modo como o trabalho com tópicos gramaticais é proposto nesses materiais, em particular o livro didático (LD). Uma das questões atinentes ao LD indagava como os docentes avaliam a adequação desse material quanto às orientações curriculares nacionais. Em seguida, os docentes eram provocados a se manifestar acerca da necessidade ou não de mudanças no tratamento gramatical dado pelo LD.

Nesse ponto, cabe retomar as atuais orientações curriculares nacionais, conforme se verificam na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Na BNCC, a gramática é tomada como o conjunto de recursos que encontramos na língua para a estruturação de enunciados, estando, dessa forma, em favor dos efeitos de sentidos que as estruturas linguísticas podem assumir na composição dos textos. O ensino de gramática é contemplado no eixo “análise linguística/semiótica”, o que implica que os tópicos gramaticais devem: (i) estar relacionados a outras competências, como a leitura e a produção de textos; (ii) ser observados do ponto de vista dos propósitos comunicativos e dos efeitos de sentido na interação; (iii) considerar o uso efetivo como realidade fundamental da língua, salientando sua dinamicidade em termos de variação e mudança. (BISPO; CORDEIRO, LUCENA, 2022).

Questionados se a abordagem proposta pelos LD com que trabalham é adequada a essas orientações, 5% consideraram-na totalmente adequada; 58% responderam ser adequada apenas; 28% julgaram a abordagem *pouco* adequada; e 3%, declararam a abordagem *totalmente* inadequada. 6% declararam não usar o LD por motivos vários, como a indisponibilidade desse recurso em suas localidades ou mesmo por preferirem elaborar seu próprio material didático. Seguem algumas observações registradas pelos próprios docentes acerca desse item:

1. “Os LDs adotados são ricos em textos e em atividades de compreensão e interpretação, todavia, são pobres em atividades que exploram conteúdos gramaticais” (P01EFRMNATAL)³.

3 A fim de resguardar a identidade dos docentes cujas falas estão aqui reproduzidas, adotamos uma codificação padrão para identificá-los. O código é composto da ordem sequencial do docente na tabulação dos dados, o que identificamos por meio de PXX, em

2. “O LD busca oferecer situações de aprendizagem motivadoras e produtivas. Já no que diz respeito à gramática, deixa um pouco a desejar” (P02EFRENATAL).

3. “Geralmente o conteúdo é apresentado a partir de textos de circulação real. Nesse sentido, os enunciados tendem a promover uma reflexão gramatical não isolada, embora não consiga sempre cumprir esse papel” (P03EFRMEMRENATAL).

4. “Algumas atividades ainda trazem uma abordagem muito conteudista, em que explora do aluno apenas o conceito gramatical, não levando-o a refletir sobre o fenômeno linguístico em uso” (P04EFRMMOSSORÓ).

5. “Os LDs selecionados possuem conteúdos fragmentados e adoção a uma gramática muito técnica ou tradicional” (P05EFRMEMRENATAL).

Percebe-se, a partir desses comentários, que o LD de Língua Portuguesa, na avaliação dos docentes, é oportuno ao apresentar textos de gêneros variados, que circulam socialmente. Nessa direção, parece implicar a tentativa de promover uma abordagem mais contextualizada da gramática em sala de aula, muito embora o texto seja utilizado apenas como pretexto. Dada essa tentativa, a maioria considera a abordagem proposta pelos LD adequada. Todavia, os docentes reconhecem limitações quanto ao trabalho com gramática, declarando que “deixa a desejar”, considerando-o “conteudista” porque “explora apenas conceitos”. A fala em (2) resume bem a avaliação geral:

que XX corresponde ao número indicativo de cada docente; da(s) etapa(s) da Educação Básica nas quais o docente atua: EF (Ensino Fundamental) e/ou EM (Ensino Médio); das redes de ensino às quais está vinculado: RM (Rede Municipal) e/ou (Rede Estadual); e, por fim, da região geográfica intermediária de atuação do docente: Natal ou Mossoró. Assim, o código P01EFRMNATAL identifica o docente número 1, que atua no Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de município circunscrito à região geográfica intermediária de Natal.

a presença de textos e uma possível relação entre seu conteúdo e os tópicos gramaticais abordados pode favorecer uma reflexão “não isolada”, entretanto nem sempre se consegue cumprir essa tarefa.

O julgamento dos docentes vai ao encontro do que Bispo e Cordeiro (2023) identificaram em duas coleções de LD utilizadas em escolas públicas potiguaras. Segundo os autores, com frequência, as seções do LD dedicadas ao tratamento de questões gramaticais não se relacionam com outras competências do ensino de língua portuguesa, ainda que da obra conste a alegação de promover uma reflexão contextualizada sobre a língua. Assim, evidencia-se um tratamento alinhado à perspectiva tradicional de ensino de gramática.

Como desdobramento da questão anterior, os docentes poderiam expor abertamente se consideravam necessárias mudanças na abordagem de tópicos gramaticais no LD. O resultado demonstrou que 75% reconhecem a necessidade de mudanças, enquanto apenas 8% responderam que não. Os demais não responderam ao item. Vejamos algumas justificativas apresentadas para mudanças na abordagem proposta pelos LD:

6. “Sim. É necessária a aproximação dos tópicos gramaticais com situações de uso” (P06EFRMEMRENATAL).
7. “Sim. É necessária uma ruptura na aplicabilidade da gramática com exercícios soltos sem nenhuma contextualização e funcionalidade significativa” (P05EFRMEMRENATAL).
8. “Sim. Desde a maneira como explicam os conteúdos aos exercícios que propõem. Ademais, há um nível de complexidade muito acima do que um determinado público alcança. Além de que a maneira como a gramática é abordada resume-se a uma abordagem descontextualizada” (P07EFRENATAL).

9. “Sim, é possível melhorar o trabalho com os tópicos gramaticais no que diz respeito a sua função nos textos explorados, pois o foco, algumas vezes, ainda é apenas a identificação e a classificação dos itens” (P08EFRMNATAL).

Um breve olhar sobre essas respostas mostra que há, entre os docentes, uma concepção bastante ampla do que significa trabalhar gramática e que isso não se verifica nos LD atualmente utilizados. Os docentes julgam que a gramática precisa estar vinculada às situações de uso, ou seja, precisa estar vinculada a um contexto interacional. Ressalta-se a necessidade de enxergar a função, ou funcionalidade, dos fenômenos gramaticais, o que enseja mudanças significativas nos LD. Outras questões, como o nível de complexidade das atividades propostas, também foram citadas pelos docentes.

As limitações apresentadas pelo LD, assim como o intuito de alcançar outros objetivos de aprendizagem ou de promover novas metodologias, fazem com que os docentes busquem materiais complementares para o trabalho com gramática na sala de aula. Todos os professores participantes da pesquisa responderam positivamente quando questionados se buscam outras fontes para o estudo/ensino de tópicos gramaticais. Na opinião dos docentes, esses materiais permitem: (i) trazer informações/conteúdos extras para sala de aula; (ii) diversificar as maneiras de se abordar/apresentar os tópicos gramaticais trabalhados; (iii) fornecer explicações complementares, exemplificações mais claras; e (iv) desenvolver experiências de ensino mais adequadas à realidade; (v) sanar dúvidas, tanto de professores quanto de alunos, a respeito de assuntos gramaticais. Entre os materiais complementares mais citados estão artigos disponíveis em sites e blogs especializados,

vídeos, apostilas compartilhadas por professores, além de exercícios, textos e jogos.

Outro item do questionário indagava como os docentes avaliam a própria prática quanto à abordagem de conteúdos gramaticais. Nessa questão, 60% dos docentes responderam que a consideram “pouco tradicional”. O correspondente a 25% disse ter uma prática “tradicional”, enquanto 12% assinalaram que sua abordagem é “não tradicional”. As alternativas “bastante tradicional” e “outro” tiveram, cada uma, 1,5% das respostas.

Os quantitativos mostram que os docentes ainda veem sua abordagem a conteúdos gramaticais como próxima a uma perspectiva tradicional. Se somarmos os que a consideraram bastante tradicional (1,5%) com aqueles que disseram ter uma prática tradicional (25%) ou pouco, mas ainda tradicional (60%), teremos aproximadamente 87% dos participantes da pesquisa. Esse resultado é coerente com os procedimentos adotados pelos docentes na abordagem de tópicos gramaticais, como vimos anteriormente, e com a percepção que têm sobre o LD. Vejamos alguns dos comentários dos professores a respeito da sua prática pedagógica:

10. “Tento buscar uma mediação dos conteúdos de maneira aplicada, de modo que os estudantes possam perceber os conceitos nas situações de uso” (P03EFRMEMRENATAL).

11. “Tento contextualizar os tópicos gramaticais às experiências linguísticas dos alunos, aos gêneros textuais que eles conhecem” (P09EFRMEMRENATAL).

12. “É orientado que os professores utilizem o texto como base para o ensino da Língua, o que inclui a gramática, mas ainda não consigo fazer minha prática pedagógica dessa forma” (P10EFEMRENATAL).

13. “A pouca quantidade de aulas semanais destinadas à disciplina de Língua Portuguesa e seu vasto conteúdo que não contempla somente estudos gramaticais obriga o professor a escolher uma abordagem que demande menos tempo, como parece ser a abordagem tradicional” (P11EFRMNATAL).

14. “Apesar de tentar seguir, ainda preciso melhorar, pois sou amarrada a padrões mais conservadores e tradicionalistas” (P12EFRMRENATAL).

15. “Tento abordar os conteúdos gramaticais atendendo às orientações curriculares Nacionais, mas nem sempre isso é possível, e, também, nem sempre isso se mostra muito eficaz na prática” (P13EFRMEMRENATAL).

Pelos comentários, observamos o esforço de alguns docentes para promover um ensino menos tradicional, ao levar em consideração situações de uso da língua e as experiências linguísticas dos seus alunos para contextualizar o ensino de gramática. No entanto, justificativas para uma abordagem mais tradicional evidenciam dificuldades encontradas nesse percurso. Os comentários indicam que nem sempre os docentes conseguem fazer diferente, seja por falta de tempo, seja pelos padrões de ensino há muito arraigados ou mesmo por questionarem a eficácia de outras abordagens. O tempo também foi um fator citado, o que nos permite inferir que a opção por uma abordagem mais tradicional da gramática ocorre em função da (in)disponibilidade desses professores para construir outros modos de trabalhar o conteúdo gramatical. Em nossa visão, a prática pedagógica ainda se configura (muito) tradicional porque há uma conjuntura que a favorece: modos já consagrados de ensino de gramática, os quais privilegiam a identificação, a classificação

e a subclassificação de entidades, além da ênfase na terminologia técnica; tratamento estanque dos fenômenos gramaticais na abordagem proposta pelos LD; dificuldade de implementação de novas formas de abordagem desses fenômenos, seja em termos de organização do tempo (considerando insuficiente) para as aulas de Língua Portuguesa, seja pelas condições laborais, ou mesmo pela insegurança em construir e aplicar proposta didática à luz das atuais orientações curriculares.

No intuito de compreendermos fatores que contingenciam a prática pedagógica, também questionamos aos docentes: “A que você atribui o modo como você aborda conteúdos gramaticais em sala de aula?”. Para esse item, foram apresentadas 5 alternativas: (i) à prática profissional; (ii) à formação continuada; (iii) a cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização); (iv) a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado/doutorado); (v) outros.

Quase metade dos participantes (40%) atribuiu ao próprio fazer docente a abordagem que realizam dos conteúdos gramaticais em sala de aula. Isso quer dizer que foi a própria prática pedagógica que os motivou lançar mão dos recursos e procedimentos que utilizam. A alternativa “cursos de pós-graduação *stricto sensu*” foi a resposta de 26% dos docentes, o que sinaliza, por um lado, a ampliação da formação dos quadros da rede pública de educação e, por outro, o impacto da pós-graduação para a educação básica. A formação continuada, que inclui cursos de aperfeiçoamento, cursos de extensão, formações ofertadas pelas redes, foi a opção de 15%. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* foi a resposta de 5%. Os que assinalaram “outro” totalizaram 14%, muito embora as respostas apontem para alternativas anteriores, como o acúmulo das experiências

proporcionadas pela formação e pela atuação profissional, conforme esclarece o registro de um(a) docente reproduzido adiante:

16. “Considero impossível assinalar apenas uma alternativa. Aprendi na graduação, na especialização, no mestrado e continuo aprendendo com a prática *docente e as formações continuadas*” (P14EFEMREMOSSORÓ).

O último questionamento feito aos docentes indagava se eles consideram necessária uma mudança no modo como ensinam gramática. Essa necessidade foi reconhecida pela maioria esmagadora dos participantes da pesquisa (80%), ao passo que 18,5% responderam *não* e 1,5% assinalaram *talvez*. Analisando as justificativas de resposta, percebemos que a mudança foi compreendida, por alguns, como inerente ao processo pedagógico de reflexão sobre a própria prática. Muitos, no entanto, atestaram a necessidade urgente de reconfiguração teórico-metodológica do ensino de gramática. Vejamos alguns comentários:

17. “Sim. Necessito levar os alunos a encontrarem as regras gramaticais tão estudadas dentro dos textos com que se deparam” (P01EFRMNATAL).

18. “Sim. Os conteúdos gramaticais precisam ser melhor relacionados com as práticas reais de uso da língua” (P15EFRMRENATAL).

19. “Os conteúdos gramaticais poderiam abordar as práticas de linguagem sob os vieses semântico, morfológico e sintático, simultaneamente” (P16EFRMEMREMOSSORÓ).

20. “Sim, acredito ser necessário trabalhar os conteúdos gramaticais e um modo ainda mais significativo para o aluno.

É preciso fazê-los ver sentido de utilização e no estudo de gramática” (P17EFEMREMOSSORÓ).

21. “Sim. Menos excesso de nomenclaturas e exercícios de classificações desnecessárias. Uso de textos mais próximos da realidade do aluno, assim como exemplos claros de utilização da língua em diferentes contextos e situações” (P18EFRMREMOSSORÓ).

A percepção dos docentes evidencia o reconhecimento do texto como lócus da interação e o entendimento de que as categorias gramaticais fazem parte de sua composição. Assim, o estudo de conteúdos gramaticais deve apoiar-se em “práticas reais de uso da língua”. Conforme registram os professores, é necessário realizar um trabalho que oportunize ao aluno perceber a relevância nesse estudo. Essa visão dialoga tanto com as orientações curriculares oficiais quanto com pressupostos funcionalistas de análise linguística por considerar que o estudo da gramática deve ser norteado pelo uso linguístico.

Alguns docentes, contudo, julgaram não serem necessárias mudanças no modo como abordam gramática em sala de aula. As justificativas variam entre considerar apropriada a metodologia já utilizada e a possibilidade de utilizar outros recursos apenas como forma de aperfeiçoamento. Observemos estes registros:

22. “Acredito que não. Porém, se tivéssemos a possibilidade de utilizar mais recursos em sala de aula, a prática seria aperfeiçoada” (P19EFRMEMRENATAL).

23. “Acredito que não, pois sempre estou renovando a prática, quando vejo que a metodologia não está sendo bem acessível à aprendizagem dos alunos” (P20EFRMNATAL).

24. “Nem tanto, apenas ir adequando” (P21EFRMRENATAL).

Dado o que foi discutido nesta seção e considerando o universo amostral de docentes participantes da pesquisa, concluímos que o trabalho com tópicos gramaticais nas escolas da rede pública potiguar ainda permanece atrelado a um viés tradicional. Esses professores compreendem que há outros modos de abordar a gramática, mas optam por um trabalho mais tradicional dada a praticidade. Uma parte significativa dos docentes alega tomar o texto como material de referência, porém é possível perceber que se trata de levar em conta esse material empírico apenas como pretexto para exploração do conteúdo gramatical. Na tentativa de promover uma abordagem mais “contextualizada”, os professores lançam mão de atividades de leitura e interpretação de texto, porém os conteúdos gramaticais a eles relacionados ainda são tratados de forma estanque, de modo que a integração entre essas diferentes competências fica comprometida. É premente destacar, contudo, que uma parcela minoritária dos docentes (23%) desenvolve uma prática pedagógica compatível com premissas funcionalistas, ao considerar a análise de fatos da língua em textos autênticos para, em seguida, proceder à sistematização do estudo, com uso da metalinguagem técnica. Por fim, salientamos a compreensão, por grande parte dos docentes participantes da pesquisa, da necessidade de mudança no tratamento de tópicos gramaticais, de modo a considerar o uso linguístico.

PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Focalizamos, nesta seção, as características de uma proposta de ensino de língua em perspectiva funcionalista. Remetemos a alguns trabalhos que apresentam encaminhamentos para o tratamento de

tópicos gramaticais em sala de aula da Educação Básica e, por fim, explicitamos possibilidades de ajustes à atuação docente descrita na seção anterior, com vistas a uma abordagem mais significativa de fenômenos linguísticos na aula de Língua Portuguesa.

A visão funcionalista de investigação de fatos da língua assume que os dados para a análise devem ser aqueles produzidos em práticas interacionais efetivas. Decorre daí que o texto, o lócus de realização desses usos, deve ser tomado como referência. É o texto o ponto de partida para a observação, a descrição e a análise da realidade linguística. Transpondo para o ensino de língua, conforme afirmamos na seção teórica, o texto constitui o ponto de partida e o de chegada para o trabalho com fatos gramaticais em sala de aula.

Trabalhar com textos autênticos em sala de aula, conforme esclarecem Bispo e Furtado da Cunha (2022) e Bispo e Cordeiro (2023), implica considerar um amplo conjunto de fatores envolvidos no processo de produção e recepção dessas peças de interação. São elencados, pelos autores, os seguintes fatores: i) gênero em que se configura o texto, abarcando conteúdo temático, propósito comunicativo, estrutura composicional, estilo e suporte; ii) interlocutores: quem produziu, a quem o texto se dirige, contemplando as relações sociais de todo tipo entre os parceiros da interação; iii) contexto espaço-temporal: lugar da produção e da circulação do texto; momento sócio-histórico de sua produção/recepção; iv) linguagem utilizada: verbal, não verbal, verbo-visual, auditiva etc.; v) intertextualidade: diálogo com outro(s) texto(s).

Todos esses fatores devem ser levados em conta pelo docente ao explorar qualquer texto em sala de aula, conforme nos lembram Bispo e Cordeiro (2023). Também é importante registrar que o tratamento

de fatos gramaticais em viés funcionalista não deve ter um fim em si mesmo, tampouco ser realizado de forma isolada. Deve fazer parte de um conjunto maior de atividades que visam ao desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. Esse trabalho deve concorrer, portanto, para que o aluno adquira autonomia para (inter)agir, com proficiência, nas mais diversas situações comunicativas de que venha participar, adequando seu comportamento linguístico a cada uma delas (BISPO; CORDEIRO, 2023). Assim, uma proposta funcionalista para o estudo de tópicos gramaticais implica, por exemplo, que o professor esteja trabalhando determinada temática com a turma, ou que esteja explorando o estudo de um dado gênero textual.

Escolhido o(s) texto(s) de referência, deve-se proceder ao escrutínio desse material empírico. Para tanto, devem ser considerados todos os fatores elencados anteriormente. Além da exploração de aspectos atinentes ao conteúdo, propósito comunicativo e elementos estruturais do texto, também pode ser desenvolvida atividade de produção (escrita, falada, multissemiótica), conforme planejamento do componente curricular.

Ao discutir fatores semântico-pragmáticos do texto sob exame, o professor procede à análise do tópico gramatical escolhido para estudo. Nessa direção, observa com a turma o funcionamento desse tópico no texto, explicitando em que medida ele contribui para a construção do sentido e para os fins comunicativos implicados. A ideia é, portanto, investigar com os alunos, primeiramente, os aspectos funcionais relativos ao fenômeno gramatical em uso efetivo. Para tanto, o professor deverá elaborar e desenvolver atividades que instiguem os alunos a: i) indicar valores semânticos associados à categoria gramatical focalizada e os mecanismos linguísticos que a

codificam, considerando o(s) texto(s) tomado(s) como referência; ii) observar a contribuição dessa categoria para a organização textual e/ou para os propósitos comunicativos desse(s) texto(s); iii) explicitar diferentes usos dessa categoria; iv) elencar nuances semânticas e/ou pragmáticas envolvidas nesses usos.

Após a exploração detida da funcionalidade da categoria gramatical em estudo no(s) texto(s) tomado(s) como referência, passa-se ao exame de sua expressão linguística. É o momento de instigar a turma a perceber as propriedades formais dessa categoria. Assim, devem ser explorados, de forma indutiva, aspectos fonético-fonológicos e/ou morfológicos e/ou sintáticos, conforme a natureza do fenômeno estudado, o planejamento do componente curricular, a etapa de escolaridade e a realidade da turma. Também é oportuno ao docente discutir com os alunos as diferentes possibilidades de codificação (quando se aplicar, claro) do fenômeno. Nessa direção, por exemplo, no estudo de termos da oração, como o sujeito ou os complementos verbais, o professor pode provocar os alunos a observarem os distintos modos de manifestação dessas categorias. Dessa maneira, a ideia é que seja explorada a representação por sintagma nominal (com um ou mais elementos, lexical ou pronominal) por oração (sintagma oracional) ou mesmo por meio de elisão.

O escrutínio dos aspectos formais deve correlacioná-los às funções que cumprem no texto, em termos semânticos, textual-discursivos e pragmáticos. No caso dos argumentos do verbo (sujeito e complementos), referidos no parágrafo precedente, o docente pode explorar com a turma a motivação para as diferentes formas de codificação desses elementos e os distintos papéis a elas associados, contemplando: i) conteúdo semântico (quantidade de informação

veiculada por esses termos, grau de informatividade desse conteúdo); ii) estatuto informacional dos referentes para os quais sujeito e complemento apontam (se informação nova ou já conhecida, se disponível no contexto de interação, qual o grau de ativação do referente na memória do interlocutor etc.); iii) natureza textual-discursiva (se elemento tópico ou não, se envolve continuidade ou mudança de tópico etc.); iv) propósitos comunicativos implicados (ênfase em algum dos referentes, direcionamento da atenção do interlocutor etc.).

Após explorar diversas instâncias de uso do objeto de conhecimento sob exame, suas características funcionais (semânticas, textual-discursivas, pragmáticas) e formais (fonético-fonológicas e/ou morfossintáticas), é momento de o professor proceder à sistematização do conteúdo estudado. Trata-se da etapa de organizar os achados decorrentes da observação e análise da(s) categoria(s) explorada(s), fazendo uso da terminologia técnica corrente nos estudos de descrição e de análise linguísticas.

Entendemos que o procedimento aqui sugerido pode oportunizar uma aprendizagem (mais) significativa para os alunos, uma vez que a ideia é observar a categoria gramatical em funcionamento em textos autênticos para entender sua razão de ser. Registramos que esse encaminhamento está em consonância com as práticas de análise e reflexão da língua consubstanciadas em documentos oficiais de orientação curricular (BRASIL, 1998, 2018) ao prever o desenvolvimento de atividades epilinguísticas antes do trabalho com a metalinguagem.

Uma vez que sustentamos que o trabalho com aspectos gramaticais em sala de aula deve estar associado às práticas

de leitura/escuta e produção textual, destacamos que tanto o início quanto a culminância desse trabalho devem contemplar as atividades de produção e recepção de texto(s). Assim sendo, recomendamos ao professor finalizar o estudo da categoria gramatical focalizada com uma produção textual (escrita, oral, multimodal, multissemiótica) do gênero contemplado no planejamento da turma e diretamente relacionada ao conteúdo do(s) texto(s) de referência para esse estudo.

Exemplos de tratamento de categorias gramaticais em turmas da Educação Básica sob o viés funcionalista conjugado às orientações curriculares oficiais podem ser encontrados em Bispo e Furtado da Cunha (2022), Bispo e Cordeiro (2023), Bispo, Caian e Mafra (2023). Esses trabalhos apresentam proposta de abordagem de fenômenos da morfossintaxe do português, a saber: verbos leves *dar*, *fazer* e *tomar*, seguidos de sintagma nominal (SN) na posição de complemento (*dar bobeira*, *fazer parte*, *tomar partido*); interface morfologia e sintaxe de elementos circunstanciais (advérbio, locução adverbial e adjunto adverbial); categoria grau, em termos funcionais e de formas de manifestação linguística, respectivamente. Contemplam encaminhamentos metodológicos para o fazer docente no que diz respeito à: i) forma de introduzir o conteúdo; ii) escolha e a exploração de texto(s) de referência; iii) correlação entre a categoria gramatical focalizada, a temática desse(s) texto(s), a construção de sentidos e o alcance dos objetivos comunicativos implicados; iv) identificação e ao exame de propriedades funcionais e formais do fenômeno linguístico estudado; v) sistematização dos achados do escrutínio dessas propriedades; vi) culminância do estudo da categoria escolhida; vii) organização das etapas do processo pedagógico.

Passamos a discutir, de forma breve, possibilidades de ajustes ao modo de tratamento de conteúdos gramaticais indicado pela maioria dos docentes sujeitos da pesquisa, conforme descrito na seção anterior. Esses ajustes tomam por referência a perspectiva funcionalista de análise de fatos da língua e a caracterização de uma proposta funcionalista para o ensino de gramática, segundo explicitamos na primeira parte desta seção.

De acordo com o que aferimos nas respostas ao questionário aplicado aos docentes, a maior parte deles desenvolve um trabalho em um viés tradicional. Esse trabalho pode envolver ou não o uso de texto como mote para a exploração do conteúdo gramatical com uso da metalinguagem técnica, seguida de exercícios de fixação. Tais exercícios, via de regra, voltam-se à identificação e à classificação das categorias estudadas. Assim sendo, esse procedimento não considera o texto como peça de interação nem prevê o exame de seus aspectos constitutivos em termos formais, semânticos e pragmáticos. Além disso, não observa o papel dos fatos linguísticos sob estudo para a organização do texto em que ocorrem, para a construção de seu sentido e para seu(s) propósito(s) comunicativo(s).

Dito isso, entendemos que alguns ajustes são possíveis, de modo a tornar o trabalho com a gramática mais significativo e em sintonia com as atuais orientações curriculares oficiais e, aqui destacamos, com a visão funcionalista. O primeiro encaminhamento consiste em tomar o texto como ponto de partida (e de chegada) para a análise/estudo de qualquer categoria gramatical. Isso implica, conforme expusemos, nesta seção, explorar todos os aspectos que circunstanciam qualquer produção linguística (temática, propósitos comunicativos, parceiros da interação etc.). Em paralelo, procede-

se ao exame das propriedades funcionais da categoria focalizada, correlacionando-a aos aspectos semânticos e pragmáticos do texto de referência. A ideia é criar condições para que os alunos percebam a razão de ser dessa categoria por meio da observação de seu funcionamento textual, contemplando, preferencialmente, diferentes possibilidades de usos. Após esse trabalho, é a vez do escrutínio das propriedades formais (fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas) do tópico gramatical em estudo. Igualmente, é necessário relacionar essas propriedades aos valores semânticos e ao papel pragmático que cumprem no(s) texto(s). Feito esse trabalho, é momento de proceder à sistematização do conteúdo estudado, ocasião em que devem ser reunidas/resumidas as características funcionais e formais da categoria focalizada e apresentada aos alunos a terminologia técnica empregada na descrição e análise linguísticas.

Entendemos que esses ajustes podem redundar numa prática pedagógica mais adequada às demandas atuais, consoante documentos norteadores do ensino de língua portuguesa no contexto brasileiro. Além disso, têm o potencial de promover uma aprendizagem mais significativa para os alunos, pelo menos em dois caminhos. Primeiro, por tomar como referência o funcionamento das categorias gramaticais em textos autênticos, explicitando as funções a que servem nos usos linguísticos, o que concorre para dar sentido a seu estudo. Segundo, por integrar diferentes planos da estrutura linguística, contemplando aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, semânticos e pragmáticos, permitindo uma visão holística dos fenômenos examinados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a gramática no espaço escolar ainda suscita muita discussão, dada a complexidade que o envolve. O mais recente documento norteador do ensino de língua portuguesa no Brasil, a BNCC, propõe que o estudo da gramática deva dar-se por meio de práticas de análise e reflexão da língua e de outras semioses, as quais estão diretamente relacionadas às atividades de leitura/escuta e produção de textos. Essa proposição tem causado, entre outras coisas, dúvidas quanto à prática efetiva de sala de aula em turmas da Educação Básica.

Nessa direção, trouxemos, neste artigo, dados preliminares de uma pesquisa sobre ensino de gramática na educação básica pública potiguar. Assentados em premissas funcionalistas para a investigação de fatos linguísticos e na interface entre Funcionalismo e ensino de língua, analisamos respostas a questionário aplicado a professores de português dos anos finais do Ensino Fundamental. Além disso, apresentamos as características de uma proposta de ensino de gramática à luz dessa perspectiva teórica.

Focalizamos a percepção docente quanto à/ao: i) avaliação da própria prática pedagógica relativamente ao tratamento de conteúdo gramaticais; ii) julgamento do modo como os LD adotados abordam esse conteúdo à luz das orientações curriculares; iii) necessidade ou não de mudanças nos modos de trabalhar tópicos gramaticais em sala de aula. Os resultados mostram, por um lado, que a maioria dos professores avalia positivamente a abordagem dos LD, mas vê como tradicional sua prática profissional; por outro lado, entende a necessidade de mudanças tanto em sua atuação docente quanto no LD.

Em termos da visão funcionalista sobre o ensino de língua, delineamos uma proposta para o ensino de gramática, com a explicitação de encaminhamentos ao professor. Resumidamente, essa proposta implica: i) tomar texto(s) autêntico(s) como ponto de partida e de chegada; ii) examinar o(s) texto(s) de referência em todos os seus aspectos linguísticos, semânticos e discursivo-pragmáticos; iii) explorar a(s) categoria(s) gramatical(is) em estudo em suas propriedades funcionais, primeiramente, relacionando-as ao conteúdo do texto e a seus fins comunicativos; iv) examinar, em seguida, as propriedades estruturais, associadas às funcionais, tomando-as em seu funcionamento nas peças de interação; v) organizar os achados das observações empíricas, por meio da sistematização do conteúdo estudado, fazendo uso da metalinguagem; vi) realizar a culminância do trabalho, por meio de atividade de produção textual relacionada à temática do(s) texto(s) inicial(is) e/ou ao gênero.

As discussões empreendidas sobre a percepção docente e a proposta funcionalista para a abordagem de tópicos gramaticais aqui delineadas podem trazer significativos ganhos para o multifacetado processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa. Destacamos dois desses ganhos. O primeiro diz respeito ao diagnóstico sobre a realidade atual quanto a essa abordagem na educação pública nortio-grandense, o que contribui para um melhor planejamento de ações interventivas. O segundo, e mais relevante, em nosso entendimento, refere-se à explicitação de encaminhamentos metodológicos para um ensino de gramática reflexivo e (mais) produtivo.

REFERÊNCIAS

AMURIM, Maria Estela Lima da Costa. *Pronome relativo: articulação oracional e produção escrita*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2018.

- ANTUNES, Irlandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BISPO, Edvaldo Balduino. Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português. *Linguagem & Ensino*, n. 1, v. 10, p. 163-186, 2007.
- BISPO, Edvaldo Balduino. *Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras*. Tese. 162f. (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências, Letras e Artes, Departamento de Letras, Natal, 2009.
- BISPO, Edvaldo Balduino; AMURIM, Maria Estela Lima da Costa. Articulação oracional e produção escrita: um trabalho com o pronome relativo. *Revista Investigações*, n. 2, v. 32, p. 275-304, 2019.
- BISPO, Edvaldo Balduino; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. “Não tomar partido é tomar partido”: chunks e ensino de língua portuguesa. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios; WILSON, Victória (Orgs.). *Discurso e gramática: entrelaces e perspectivas*. Curitiba: CRV, p. 137-158, 2022.
- BISPO, Edvaldo Balduino; CORDEIRO, Fernando da Silva; LUCENA, Nedja Lima de. Funcionalismo linguístico e ensino de português: convergências, possibilidades e prática docente. *Revista do GELNE*, n. 1, v. 24, p. 192–207, 2022.
- BISPO, Edvaldo Balduino; LOPES, Monclar Guimarães. Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação. *Revista Odisseia*, n. Especial, v. 7, p. i-x, 2022.
- BISPO, Edvaldo Balduino; CORDEIRO, Fernando da Silva. Morfossintaxe na sala de aula sob o viés funcionalista: elementos circunstanciais em foco. In: OLIVEIRA; Mariangela Rios; LOPES, Monclar Guimarães (Orgs.). *Funcionalismo linguístico: interfaces*. 1. ed., v. 1. Campinas-SP: Pontes Editores, p. 291-326, 2023.
- BISPO, Edvaldo Balduino; CAIAN, Tiago; MAFRA, Ronan Felipe Souza. A categoria grau na sala de aula: do livro didático à abordagem funcionalista. *Pensares em revista*, v. 29, p. 106-135, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. v. 2. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília/DF: MEC/SEB, 2018.

BYBEE, Joan L. *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.

DU BOIS, John W. Competing motivations. In: HAIMAN, John. (Ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, p. 343-365, 1985.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino. Relações sintático-semânticas da oração. In: PALOMANES, Roza; BRAVIN, Angela Marina (Orgs.). *Práticas de ensino de português*. São Paulo: Contexto, p. 143-164, 2012.

FURTADO DA CUNHA, M. A; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da linguística funcional centrada no uso. *Revista do GELNE*, n. 1/2, v. 15, p. 53-78, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso e ensino de português. *Gragoatá*, n. 40, v. 19, p. 80-104, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

MARTELOTTA, Mario Eduardo. *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZARIO, Maria Maura. Os PCN à luz do funcionalismo linguístico. *Linguagem & Ensino*, n. 1, v. 10, p. 87-108, jan./jun., 2007.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; WILSON, Victoria. Linguística funcional aplicada ao ensino do português. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mario Eduardo. (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-47, 2015.

SILVA, José Romerito. *Motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos processos de intensificação*. 2008. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2008.

SILVA, Lígia Maria da. *Abordagem funcionalista da oração adjetiva: descrição e ensino*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2020.

TOMASELLO, Michael. *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.